

**TEXTO ARGUMENTATIVO E ENSINO:
SUGESTÕES DE ATIVIDADES
DE LEITURA E PRODUÇÃO TEXTUAL**

Claudia Moura da Rocha (UERJ/FSBRJ)
claudiamoura@infolink.com.br

RESUMO

O texto argumentativo, apesar de presente no cotidiano das pessoas, pode ser encarado como um problema nas aulas de leitura e de produção textual, muito em virtude de sua cobrança em concursos públicos e vestibulares. Entretanto, gêneros textuais como artigos de opinião, editoriais e cartas dos leitores, encontrados em jornais e revistas, são bons exemplos de textos argumentativos acessíveis ao leitor em seu dia a dia. Ademais, espera-se de cidadãos reflexivos, críticos, e de bons profissionais, aptos a participar ativamente do mercado de trabalho, que saibam argumentar bem, exigindo-se cada vez mais do aluno o desenvolvimento dessa habilidade. Com a convicção de que é lendo que se aprende a escrever, pois leitura e produção de texto são tarefas indissociáveis, como os dois lados de uma moeda, procuramos apresentar sugestões de atividades didáticas, visando permitir aos alunos que se tornem competentes leitores e produtores de textos argumentativos. A partir da leitura de textos reais, do cotidiano, encontrados em jornais e revistas, o aluno pode aprender como os gêneros textuais argumentativos se organizam e como se opera a seleção lexical em cada um deles a fim de produzir seus próprios textos. Com base nas contribuições de Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca (2005) e Patrick Charaudeau (2009), abordamos conceitos basilares da argumentação para, em seguida, propor as atividades didáticas.

Palavras-chave: Argumentação. Leitura. Produção textual.

1. Breves considerações sobre o ensino de leitura e produção de textos argumentativos

O texto argumentativo, apesar de presente no cotidiano das pessoas, pode ser encarado como um problema nas aulas de leitura e produção textual, muito em virtude de sua cobrança em concursos públicos e vestibulares. A “temida” redação costuma ser, quase sem exceção, um texto argumentativo em que o aluno deve apresentar sua opinião sobre um tema predeterminado, empregando argumentos suficientemente convincentes ou persuasivos com o intuito de levar seu leitor a aderir à sua tese. Entretanto, gêneros textuais como artigos de opinião, editoriais e cartas dos leitores, encontrados em jornais e revistas, são bons exemplos de textos argumentativos acessíveis ao leitor em seu dia a dia. Portanto, são textos que não deveriam oferecer dificuldades em sua compreensão e, possível, produção. Ademais, espera-se de cidadãos reflexivos, críticos, e

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

de bons profissionais, aptos a participar ativamente do mercado de trabalho, que saibam argumentar bem, exigindo-se cada vez mais do aluno o desenvolvimento dessa habilidade. Com a convicção de que é lendo que se aprende a escrever, pois leitura e produção de texto são tarefas indissociáveis, como os dois lados de uma mesma moeda, procuramos apresentar sugestões de atividades didáticas, visando permitir aos alunos que se tornem competentes leitores e produtores de textos argumentativos. A partir da leitura de textos reais, do cotidiano, encontrados em jornais e revistas (como artigos de opinião, editoriais e cartas dos leitores), o aluno pode aprender como os gêneros textuais argumentativos se organizam e como se opera a seleção lexical em cada um deles a fim de produzir seus próprios textos. Com base nas contribuições de Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca (2005) e Patrick Charaudeau (2009), abordamos conceitos basilares da argumentação para, em seguida, propor as atividades didáticas.

2. *Modos de organização do discurso*

Antes de nos determos na argumentação propriamente dita, é necessário tratarmos dos *modos de organização do discurso* (também conhecidos como *tipos textuais*). Segundo Patrick Charaudeau (2009, p. 68), os modos de organização do discurso são “os princípios de organização da matéria linguística, princípios que dependem de finalidade comunicativa do sujeito falante: ENUNCIAR, DESCREVER, CONTAR, ARGUMENTAR”. Portanto, os modos de organização do discurso estão relacionados à organização interna do texto, considerando-se também a seleção lexical ali operada. Luiz Antônio Marcuschi (2007, p. 22), por sua vez, afirma que os tipos textuais (denominação que emprega no lugar de *modos de organização do discurso*) são definidos pela natureza linguística de sua composição (aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas), ou seja, “(...) entre as características básicas dos tipos textuais está o fato de eles serem definidos por seus traços linguísticos predominantes” (MARCUSCHI, 2007, p. 27). O autor ainda ressalta que “as distinções entre um gênero e outro não são predominantemente linguísticas e sim funcionais. Já os critérios para distinguir os tipos textuais seriam linguísticos e estruturais (...)” (MARCUSCHI, 2008, p. 159). Como se pode depreender, é possível identificar os modos de organização do discurso a partir da observação do material linguístico encontrado na superfície textual, como a presença de verbos nos pretéritos perfeito e imperfeito (tempos verbais característicos do modo narrativo) ou no im-

perativo (modo verbal característico do injuntivo). Apresentar ao aluno essa possibilidade de correlacionar os recursos linguísticos ao modo de organização do discurso o auxiliará tanto na leitura quanto na produção de seus próprios textos.

Pode-se dizer que costuma haver certa correlação entre os gêneros textuais e os modos de organização do texto (empregaremos, preferencialmente, a partir deste ponto do artigo, a denominação *modos de organização do texto*, proposta por Helênio Fonseca de Oliveira (2007, p. 81), considerando-a intercambiável com as adotadas por Patrick Charaudeau e Luiz Antônio Marcuschi): por exemplo, os editoriais tendem a ser argumentativos; romances, contos, novelas sempre apresentam estrutura narrativa, enquanto as crônicas tendem a ser narrativas (cf. OLIVEIRA, 2007, p. 82). O que não significa que modos de organização diferentes não possam coexistir em um mesmo texto; o que ocorre é a predominância de um deles, portanto, quando dizemos que um texto é argumentativo, queremos dizer que nele predominam sequências de caráter argumentativo (OLIVEIRA, 2007, p. 83). Patrick Charaudeau (2009, p. 78) também reconhece a coexistência de modos de organização: “os gêneros textuais tanto podem coincidir com um modo de discurso que constitui sua organização dominante quanto resultar da combinação de vários desses modos”.

2.1. Modo de organização do texto argumentativo

Argumentar é uma característica inerente ao ser humano. Desde muito pequenos nos acostumamos a não nos contentar com respostas curtas, como “sim” ou “não”. Para nos convencer, nossos pais passam a nos apresentar suas razões e motivos. Quando queremos convencer outras pessoas, lançamos mão de argumentos para alcançar nossos objetivos. O simples ato de ler o jornal nos coloca em contato com alguns textos em que se percebe o esforço argumentativo para convencer o leitor de um determinado ponto de vista. Por essas e muitas outras razões, a argumentação merece ser objeto de estudo e análise nas aulas de leitura e produção textual.

Chaim Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca (2005, p. 50) asseveram que

o objetivo de toda argumentação (...) é provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se apresentam a seu assentimento: uma argumentação eficaz é a que consegue aumentar essa intensidade de adesão, de forma que se

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

desencadeie nos ouvintes a ação pretendida (ação positiva ou abstenção) ou, pelo menos, crie neles uma disposição para a ação, que se manifestará no momento oportuno.

Ou ainda, segundo Othon Moacyr Garcia (1988, p. 370), "Argumentar é, em última análise, convencer ou tentar convencer mediante a apresentação de razões, em face da evidência das provas e à luz de um raciocínio coerente e consistente".

Por sua vez, Christian Plantin (2008, p. 12) afirma que "a argumentação corresponde, no plano discursivo, ao raciocínio no plano cognitivo". Como se percebe, argumentar está intimamente relacionado à ideia de língua como um lugar de interação (uma vez que se pretende "agir" sobre o interlocutor, convencendo-o a aderir à tese apresentada), além de ser uma atividade basicamente cognitiva, o que a torna primordial no desenvolvimento linguístico dos alunos.

Há autores que consideram o ato de argumentar como o ato linguístico fundamental, não se limitando aos textos argumentativos propriamente ditos:

A interação social por intermédio da língua caracteriza-se, fundamentalmente, pela argumentatividade. Como ser dotado de razão e vontade, o homem, constantemente, avalia, julga, critica, isto é, forma juízos de valor. Por outro lado, por meio do discurso – ação verbal dotada de intencionalidade – tenta influir sobre o comportamento do outro ou fazer com que compartilhe determinadas de suas opiniões. É por esta razão que se pode afirmar que o *ato de argumentar*, isto é, de orientar o discurso no sentido de determinadas conclusões, constitui o ato linguístico fundamental, pois a todo e qualquer discurso subjaz uma ideologia, na acepção mais ampla do termo. A neutralidade é apenas um mito: o discurso que se pretende "neuro", ingênuo, contém também uma ideologia – a da sua própria objetividade.

A aceitação desse postulado faz cair por terra a distinção entre o que tradicionalmente se costuma chamar de *dissertação* e de *argumentação*, visto que a primeira teria de limitar-se, apenas, à exposição de ideias alheias, sem nenhum posicionamento pessoal. Ocorre, porém, que a simples seleção das opiniões a serem reproduzidas já implica, por si mesma, uma opção. Também nos textos denominados narrativos e descritivos, a argumentatividade se faz presente em maior ou menor grau. (KOCH, 2009, p. 17-18)

Por outro lado, partindo do postulado de que a argumentatividade está inscrita no uso da linguagem, adota-se a posição de que a argumentação constitui atividade estruturante de todo e qualquer discurso, já que a progressão deste se dá, justamente, por meio das articulações argumentativas, de modo que se deve considerar a orientação argumentativa dos enunciados que compõem um texto como fator básico não só de coesão mas principalmente de coerência textual. (KOCH, 2009, p. 21)

Trata-se da *argumentatividade*, que não deve ser confundida com o modo de organização do texto argumentativo propriamente dito. Como se percebe, há autores que consideram a argumentatividade inerente a todos os textos. No presente artigo, nossas atenções se voltarão apenas para os textos argumentativos propriamente ditos.

Passaremos a tratar, mais especificamente, do modo de organização do texto argumentativo, ou seja, de como um texto argumentativo se estrutura. Embora a argumentação possa ser oral ou escrita, deter-nos-emos nos textos escritos.

Segundo Patrick Charaudeau, a função do modo argumentativo é “argumentar, ou seja, justificar uma tese visando a persuadir o interlocutor de sua veracidade (...)” (OLIVEIRA, 2004, p. 185). Para José Carlos de Azeredo (2008, p. 88), a argumentação consiste no encadeamento de proposições com o objetivo de defender uma opinião e convencer o interlocutor.

Uma das características do texto argumentativo que se costuma apontar é a presença de conectores lógicos, relacionando frases ou proposições. No entanto, nem sempre tais conectores se encontram na superfície textual, obrigando o leitor a inferir tais relações. Sobre tal realidade, Patrick Charaudeau (2009, p. 203) afirma que “a argumentação não se limita a uma sequência de frases ou de proposições ligadas por conectores lógicos”, porque muitas vezes essas marcas de operação lógica encontram-se implícitas, necessitando ser identificadas. O autor também ressalta que o aspecto argumentativo de um discurso pode encontrar-se no que está implícito. (CHARAUDEAU, 2009, p. 204)

Ainda de acordo com Patrick Charaudeau (2009, p. 205),

a argumentação dirige-se à parte do interlocutor que raciocina (capacidade de refletir e compreender) ainda que seja para obter o mesmo resultado. O sujeito que argumenta passa pela expressão de uma convicção e de uma explicação que tenta transmitir ao interlocutor para persuadi-lo a modificar seu comportamento.

Conforme dissemos na parte introdutória deste texto, apresentaremos conceitos basilares da argumentação a fim de que o professor possa fundamentar sua prática pedagógica. Começemos pelos três elementos a partir dos quais, segundo Patrick Charaudeau (2009, p. 205), a argumentação se estabeleceria:

- a) Uma proposta sobre o mundo (que provoque um questionamento quanto à sua legitimidade);

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

- b) Um sujeito argumentante, que se engaje em relação a esse questionamento (convicção) e desenvolva um raciocínio para tentar estabelecer uma verdade quanto à proposta;
- c) Um outro sujeito-alvo da argumentação, a quem o sujeito tem o objetivo de fazer compartilhar da mesma verdade (persuasão), sabendo que ele pode aceitá-la ou refutá-la.

Patrick Charaudeau (2009, p. 221-226) ainda propõe que o dispositivo argumentativo é composto por:

- a) *Proposta*: uma ou mais asserções que dizem alguma coisa sobre os fenômenos do mundo, através de uma relação argumentativa. Também é chamada, segundo alguns teóricos, de *tese*;
- b) *Proposição*: colocar em causa uma proposta, adotando uma tomada de posição (de acordo ou em desacordo), ou não (ponderação dos prós e dos contras);
- c) *Persuasão*: dizer por que está de acordo ou não com a proposta, desenvolvendo uma das opções do quadro de questionamento: refutação, justificativa e ponderação.

Em resumo, o sujeito deve tomar uma posição em relação à veracidade da Proposta, estabelecendo um quadro de questionamento (Proposição). (CHARAUDEAU, 2009, p. 227)

A proposta, como se percebe, é o que costumeiramente chamamos de *tese*. Tratando mais especificamente da estrutura de um texto argumentativo, essa se liga a uma tese (cf. OLIVEIRA *et alii*, 2000, p. 65):

A tese constitui-se de uma proposição que expressa aquilo de que alguém deseja convencer o outro (ou seja, “o primeiro momento do processo dialético”), usando para tanto uma série de proposições, de conhecimento comum sobre o mundo, e buscando persuadir o interlocutor do seu ponto de vista, pela tessitura de um raciocínio lógico, trabalhado sobre valores comungados por ambas as partes – locutor e interlocutor. (OLIVEIRA *et alii*, 2000, p. 65)

Portanto, devemos levar o aluno a perceber a importância de identificar a tese proposta em um texto e, até mesmo, de formulá-la com clareza quando estiver no papel de produtor do texto argumentativo.

O termo *proposição* é empregado por Othon Moacyr Garcia (1988, p. 375) como sinônimo de *declaração, tese, opinião*. O autor assevera que “a proposição, por exemplo, deve ser clara, definida, incon-

fundível quanto ao que afirma ou nega” (GARCIA, 1988, p. 378). Além disso, a proposição necessita ser

argumentável, quer dizer, não pode ser uma verdade universal, indiscutível, incontestável. Não se pode argumentar com ideias a respeito das quais todos, absolutamente todos, estão de acordo. (...) Argumentação implica, assim, antes de mais nada, divergência de opinião. (GARCIA, 1988, p. 379)

A observação feita por Othon Moacyr Garcia é de extrema relevância, pois atinge o cerne da argumentação; procura-se convencer quem tem opinião divergente da nossa e não quem pensa de forma semelhante a nós. Por isso, podemos afirmar aos alunos que a argumentação envolve sempre temas polêmicos, com os quais nem todos concordam, caso contrário não haveria a necessidade de argumentar, de convencer o interlocutor.

Os argumentos (série de proposições sobre supostas verdades) se ordenam numa estrutura com vistas a um objetivo (OLIVEIRA *et alii*, 2000, p. 65). Quanto aos argumentos, é a sua explicitação que define um texto como sendo argumentativo.

Visar a persuadir, no entanto, não basta para caracterizar um texto argumentativo. Uma fábula, por exemplo, embora tenha por finalidade persuadir o leitor da tese contida na chamada “moral da história”, não é um texto argumentativo, porque não tem argumentos explícitos. A explicitação dos argumentos é, portanto, o que distingue o texto argumentativo dos demais. (OLIVEIRA, 2001, p. 35)

Segundo Helênio Fonseca de Oliveira *et alii* (2000, p. 65), um texto argumentativo, por conseguinte, se estrutura a partir de:

- a) Uma proposta ou tese a ser defendida;
- b) Uma (ou mais de uma) proposição que constitui o arrazoado que sustenta a tese;
- c) Uma “lei de passagem” ou “ponte” (“entre a proposição de chegada e a conclusão, constituída de um universo de valores partilhados pelo meio social dos interlocutores, de forma a fazer aceitável, ou não, as proposições da estrutura argumentativa”).

Christian Plantin (2008, p. 30) ainda esclarece que

A lei de passagem corresponde à noção argumentativa tradicional de *topos*. Um *topos* é um enunciado geral que exprime um princípio capaz de gerar uma infinidade de argumentações concretas particulares (ou entimemas, cf. cap. III), “assegurando”, frequentemente de modo implícito, a ligação argu-

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

mentação-conclusão; a coerência da sequência “o vento se levanta, vai chover” funda-se no *topos* “quando o vento se levanta, logo depois chove”.

Ainda segundo o autor, a palavra *topos* é de origem grega, correspondendo à expressão latina *locus communis*, donde se originou a expressão *lugar comum* (PLANTIN, 2008, p. 53). A teoria da “argumentação na língua”, proposta por Ducrot, redefiniu os *topoi* como sendo princípios gerais, comuns, “apresentados como aceitos pela coletividade”. (DUCROT, 1990, p. 103, *apud* PLANTIN, 2008, p. 53)

Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca (2005, p. 94-95) esclarecem que os lugares eram rubricas nas quais se podiam classificar os argumentos. Era uma forma de agrupar os argumentos de maneira a encontrá-los com mais facilidade; “dá a definição dos lugares como depósitos de argumentos”. Os autores ainda afirmam que “esses lugares constituem as premissas mais gerais, aliás amiúde subentendidas, que intervêm para justificar a maior parte de nossas escolhas”. (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 95).

Concluindo, a partir do que os autores anteriormente citados propuseram, podemos afirmar que o texto argumentativo típico costuma apresentar uma tese explícita e, de preferência, questionável, polêmica, a respeito da qual deve o argumentador se posicionar, empregando argumentos explícitos para defendê-la ou refutá-la.

3. *Sugestões de atividades didáticas*

O grande interesse que os estudos acerca dos gêneros textuais despertou permitiu que, em sua grande variedade, fossem introduzidos em sala de aula. Tal variedade pode ser facilmente comprovada em uma breve análise de livros didáticos atuais. No entanto, os modos de organização textual nem sempre têm recebido a mesma atenção no ensino contemporâneo. Em parte, isso pode ocorrer devido a uma necessidade de abordar os textos de uma maneira inovadora (classificando-os e estudando-os de acordo com os gêneros textuais), rejeitando completamente as antigas formas de trabalhá-los.

Percebe-se que, anteriormente à valorização dos gêneros, havia maior ênfase na chamada redação escolar – que, na verdade, tinha mais a ver com os modos de organização textual narrativo, descritivo e dissertativo (pois aos alunos era solicitado que escrevessem narrações, descrições e dissertações), embora tenha se tornado uma espécie de gênero tex-

tual, restrito ao universo escolar (cf. OLIVEIRA, 2004, p. 189-190). Com a crescente importância dos gêneros, é como se os modos de organização fossem relegados a segundo plano, quando, na verdade, gêneros e modos se complementam.

Por essa razão, é relevante que sejam desenvolvidas atividades de leitura, interpretação e produção textual que abordem os modos de organização do texto. Procuramos apresentar uma sugestão de atividade didática sobre o modo argumentativo que pode ser realizada com alunos do 9º ano do ensino fundamental ou do ensino médio, dependendo do seu grau de maturidade, sendo formulada a partir de textos argumentativos do cotidiano, acessíveis ao aluno.

É relevante esclarecer que, por uma questão de simplificação didática, chamaremos o sujeito argumentante (CHARAUDEAU, 2009, p. 205) de argumentador.

3.1. Primeiros passos nos caminhos da argumentação

Pode-se começar a abordagem do texto argumentativo pelo debate de temas polêmicos que sejam do conhecimento dos alunos. Separados em dois grupos, cada um deles deverá selecionar argumentos para validar ou refutar uma tese que lhes foi proposta. Em seguida, deverão debater, apresentando seus argumentos e procurando rejeitar os do grupo oponente, sempre em clima de cordialidade, respeitando as regras do debate e a ocasião de falar. Por exemplo, um tema polêmico que pode ser proposto é o da descriminalização das drogas.

Logo após o debate, podem ser propostas atividades de leitura e compreensão de textos argumentativos, como a que apresentamos a seguir, a partir de dois artigos de opinião sobre a descriminalização das drogas, publicados em um jornal de grande circulação. Alguns jornais costumam publicar mais de um artigo sobre o mesmo tema, procurando dar oportunidade ao leitor de comparar diferentes opiniões sobre o assunto, como ocorre com os dois textos transcritos a seguir:

Texto 1:

NOSSA OPINIÃO

Equívocos na guerra

Estima-se que os Estados Unidos já tenham enterrado meio trilhão de dólares na guerra contra os entorpecentes. Como decorrência social de seu pro-

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

grama antidrogas, o país mantém 500 mil usuários presos. A posição americana na política de combate ao tráfico e ao consumo, centrada no viés policial-militar, é predominante em todo o mundo. Mas, apesar dos pesados investimentos do governo dos EUA, em dinheiro e em pessoal, o mercado de drogas não dá sinais de encolhimento, movimentando em média, por ano, cerca de US\$320 bilhões em todo o mundo. Como é consenso que o uso de entorpecentes prejudica a saúde, nas regiões do planeta onde o abastecimento das substâncias passa pelo tráfico, alimenta índices de criminalidade, é evidente que tal programa, mesmo contando com a simpatia de boa parte da sociedade, está atolado em algum equívoco.

Na verdade, pode-se apontar não um, mas dois equívocos nesta maneira de enfrentar um flagelo que atinge milhões de vítimas no planeta. O primeiro diz respeito a uma suposta solução definitiva para o problema, o que é uma utopia. A luta contra os entorpecentes não se ganha – administram-se danos e fixam-se objetivos que visem a reduzir, e tanto melhor quanto o for mais radicalmente, seus efeitos na sociedade. O segundo é decorrência da visão estreita dos senhores da guerra antidrogas: tratar a questão preferencialmente com o tacão das delegacias (ou de tropas militares), em vez de adotar programas em que consumidores sejam vistos não como criminosos, mas como pessoas que precisam de cuidados médicos, não contribui para melhorar estatísticas. Quando muito pode render sucessos episódicos, quase sempre resultado de mudanças no perfil do consumo. Um mercado que, mesmo submetido a constantes ataques, movimenta anualmente mais de US\$300 bilhões é convincente indicativo dessa realidade.

Mudanças de comportamento de países em relação às drogas são, por sua vez, evidência de que há alternativas positivas nas táticas dessa guerra. O exemplo mais emblemático está em Portugal. Até 2000, o país tinha as estatísticas mais preocupantes da Europa, com a mais grave epidemia de drogas de sua história. Contabilizavam-se 150 mil viciados em heroína (1,5% da população). O governo português apostou duas fichas na descriminalização. A polícia deixou de prender quem porta pequenas quantidades de entorpecentes. Em lugar de punição, os usuários flagrados passaram a ser encaminhados para tratamento médico. Os resultados apareceram: entre 2001 e 2006 despencaram os índices de morte por overdose e de pessoas contaminadas pelo HIV (em razão do compartilhamento de seringas com parceiros infectados). Houve uma queda no consumo de todas as drogas, em todas as faixas etárias.

São números incontestáveis em favor de uma política que junte a descriminalização (dando ao traficante o rigor da lei, e, ao viciado, apoio médico) e uma visão predominantemente de saúde pública (reduzir danos sociais, em vez de agravá-los com a condenação de viciados, caminho certo para aumentar o número de pessoas cooptadas para o tráfico). Sobretudo, é imperioso adotar uma atitude equilibrada entre as ações de prevenção e repressão, estas centradas no controle do crime organizado transnacional.

O certo é que não basta um país isoladamente ter atos liberalizantes. Sem que os grandes mercados consumidores adotem a mesma política, este país atrairá usuários e máfias de traficantes.

O Globo, 05/07/2010.

Texto 2:

OUTRA OPINIÃO

Contra a família

Milton Corrêa da Costa

A questão da legalização da maconha precisa voltar à baila no momento em que a chamada “corrente progressista” vem insistindo com a descriminalização da *Cannabis*. Determinados casos policiais têm colocado em xeque os supostos benefícios da maconha. Ficou constatado, por exemplo, no exame toxicológico efetuado no jovem Carlos Eduardo Sandfeld Nunes, assassino confesso do cartunista Glauco Villas Boas e do seu filho Raoni, que ele se encontrava sob o efeito de maconha no momento do crime, em São Paulo. Ressalte-se que Cadu fuma *Cannabis* desde os 15 anos e apresentava surtos psicóticos.

Tais constatações remetem a uma recente pesquisa que relaciona psicose à droga, particularmente em sua forma mais potente, o kank. John McGrath, do Instituto Neurológico de Queensland, na Austrália, estudou o comportamento de mais de 3.800 homens e mulheres nascidos entre 1981 e 1984 e comparou seus comportamentos, após completarem 21 anos de idade, para perguntar-lhes sobre a maconha em suas vidas. Cerca de 18% relataram o uso de maconha por três anos ou mais, cerca de 16% de quatro a cinco anos e 14% durante seis ou mais anos.

Comparados aos que nunca haviam usado *Cannabis*, jovens adultos que tinham seis ou mais anos desde o primeiro uso da droga manifestavam duas vezes mais chances de desenvolverem psicose não afetiva, como esquizofrenia, concluiu McGrath. O estudo foi publicado na revista de psiquiatria “Archives of General Psychiatry”.

Note-se que Cadu, segundo o próprio pai, já é esquizofrênico, muito embora apresente momentos de bastante lucidez, tendo inclusive premeditado o covarde crime em detalhes. Ressalte-se que, ainda segundo o pai, a entrada do jovem na Igreja Céu de Maria, uma seita da qual Glauco era líder e na qual é costume o uso do discutível chá do Santo Daime, teria contribuído para piorar o estado emocional de Cadu.

Ainda que conclusões científicas precisem ser relativizadas, mormente quanto a um tema tão polêmico – cada caso é um caso –, não se pode desconsiderar a importância de tais estudos na discussão sobre a legalização das drogas. Aos pais fica o alerta sobre as manifestas mudanças comportamentais de seus filhos. Entre elas, destacam-se a agressividade, o abandono do estudo e do trabalho, a desmotivação para o esporte, apatia, depressão, troca da noite pelo dia, hematomas nos braços, olhos constantemente avermelhados, lábios ressecados, gasto excessivo de dinheiro, delírios, sumiço de bens móveis em casa.

A desgraça que se abateu sobre a família de Cadu, e principalmente sobre os parentes do cartunista paulista e de seu filho, estes, vítimas de um crime hediondo, não escolhe porta para bater. Neste caso, num possível plebiscito sobre a maconha, a maioria da população brasileira deverá escolher pelo bom senso. E o bom senso determina a proteção das futuras gerações com o posicionamento contrário à descriminalização da droga.

O Globo, 05/07/2010.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

As seguintes questões são um exemplo do que pode ser proposto aos alunos:

1) *Leia os dois textos e identifique a tese defendida em cada um. Qual é a relação entre elas?*

Espera-se que os alunos percebam que as teses defendidas se opõem, uma vez que, no primeiro texto, é defendida a descriminalização parcial do envolvimento com drogas (o traficante continuaria a ser punido; ao viciado seria dado apoio médico, passando a ser tratado como um caso de saúde pública). Por outro lado, a tese defendida no segundo texto é a não descriminalização de uma droga específica: a maconha.

2) *A que tipo de discurso corrente cada tese se contrapõe? Esse discurso vem explicitamente identificado?*

Espera-se que o aluno perceba que o argumentador do primeiro texto, ao defender a tese da descriminalização parcial e o tratamento dos viciados como um caso de saúde pública, se contrapõe ao discurso (e, portanto, à tese) de que as drogas não devem ser descriminalizadas ou tratadas como um caso de saúde pública. Por sua vez, no segundo texto, a tese defendida é a da não descriminalização, que se contrapõe ao discurso (e, conseqüentemente, à tese) da descriminalização. No primeiro texto, não é explicitamente identificado o discurso que se contrapõe à tese do argumentador, mas podemos deduzi-lo a partir de alguns trechos (“O segundo é decorrente da visão estreita dos senhores da guerra antidrogas: tratar a questão preferencialmente com o tacão das delegacias (ou de tropas militares), em vez de adotar programas em que consumidores sejam vistos não como criminosos, mas como pessoas que precisam de cuidados médicos, não contribui para melhorar estatísticas”). No segundo texto, o discurso que se contrapõe à tese do argumentador é explicitado: “A questão da legalização da maconha precisa voltar à baila no momento em que a chamada 'corrente progressista' vem insistindo com a descriminalização da *Cannabis*”.

Percebe-se, em cada texto, “vozes” ou discursos diferentes dos do argumentador contra os quais ele argumenta. Esse fenômeno, chamado de polifonia, é muito comum nos textos argumentativos:

Na teoria da polifonia, o “foro interior” é visto como um espaço dialógico, no qual uma proposição é atribuída a uma “voz”, diante da qual o locutor

se situa. Disso resulta um diálogo interior, liberado das restrições do face a face, mas que segue sendo um discurso biface, que articula argumentações e contra-argumentações. (PLANTIN, 2008, p. 65-66)

3) *Que tipo de argumentos são apresentados pelo argumentador de cada texto?*

O aluno deve reconhecer que os dois textos recorrem a exemplos, dados estatísticos e fatos. No primeiro, são mencionados exemplos de diferentes ações praticadas por dois países (Estados Unidos e Portugal). No segundo, os resultados de uma pesquisa (dados estatísticos apresentam grande valor de convicção, sendo considerados evidência incontestável – cf. GARCIA, 1988, p. 373) e um caso policial (fato).

Segundo Othon Moacyr Garcia (1988, p. 371),

A argumentação esteia-se em dois elementos principais: a consistência do raciocínio e a evidência das provas. (...)

Evidência – considerada por Descartes como o critério da verdade – é a certeza manifesta, a certeza a que se chega pelo raciocínio (evidência de razão) ou pela apresentação dos fatos (evidência de fato), independentemente de toda teoria.

São cinco os tipos mais comuns de evidência: os fatos propriamente ditos, os exemplos, as ilustrações, os dados estatísticos (tabelas, números, mapas, etc.) e o testemunho. (GARCIA, 1988, p. 371)

É importante que o aluno perceba que os argumentos (não importa sua natureza) necessitam ser explicitados na defesa de uma tese.

4) *Em qual dos dois textos o grau de adesão à tese, por parte do argumentador, é maior?*

No segundo texto, o argumentador nega a tese dos que pregam a descriminalização, como podemos comprovar: "Neste caso, num possível plebiscito sobre a maconha, a maioria da população brasileira deverá escolher pelo bom senso. E o bom senso determina a proteção das futuras gerações com o posicionamento contrário à descriminalização da droga". Já no primeiro texto, o argumentador nega a tese dos que defendem que o uso de drogas é crime, mas faz uma ressalva (nega, mas faz concessões): "Sobretudo é imperioso adotar uma postura equilibrada entre as ações de prevenção e repressão, estas centradas no controle do crime organizado transnacional. O certo é que não basta um país isoladamente ter atos libe-

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

ralizantes. Sem que os grandes mercados consumidores adotem a mesma política, este país atrairá usuários e máfias de traficantes. É interessante conversar com o aluno sobre a existência de vários graus de adesão (pode-se aceitar radicalmente uma tese ou aceitá-la com restrições; pode-se negá-la ou negá-la com concessões; e até mesmo não tomar uma posição em relação à tese).

Aceitar uma tese com restrições ou negá-la, fazendo concessões, é o que Othon Moacyr Garcia (1988, p. 375) chama de *concordância parcial*:

A concordância parcial (fique a denominação) reflete uma atitude natural do espírito em face de certas ideias ou teses, pois é incontestável que existem quase sempre “os dois lados da medalha”; muitas ideias admitem concordância parcial ou contestação parcial: basta encará-las do ponto de vista geral ou do ponto de vista particular, basta atentar em certas circunstâncias, em certos fatores.

5) *Observe um trecho do primeiro texto:*

Como é consenso que o uso de entorpecentes prejudica a saúde, nas regiões do planeta onde o abastecimento das substâncias passa pelo tráfico, alimenta índices de criminalidade, é evidente que tal programa, mesmo contando com a simpatia de boa parte da sociedade, está atolado em algum equívoco.

*Reescreva o trecho sublinhado de forma a não alterar o seu sentido. Que conectivo poderia ser empregado para substituir **mesmo**?*

A questão permite ao aluno fazer a reescritura da frase, substituindo um conectivo por outro de mesmo valor (*ainda que, embora*), fazendo as alterações necessárias. Esta questão permite abordar o papel dos conectivos no texto argumentativo, principalmente como elemento linguístico responsável por estabelecer relações entre as ideias ou argumentos, indicando oposição ou concessão, causa ou consequência, dentre outras.

6) *Observe outro trecho do primeiro texto:*

O segundo é decorrência da visão estreita dos senhores da guerra antidrogas: tratar a questão preferencialmente com o tacho das delegacias (ou de tropas militares), em vez de adotar programas em que consumidores sejam vistos não como criminosos, mas como pessoas que precisam de cuidados médicos, não contribui para melhorar estatísticas.

É possível perceber nesse trecho um fenômeno chamado de polifonia (presença de outros discursos, de outras opiniões diferentes das do argumentador em um texto). Identifique as duas opiniões que se percebem nesse trecho e a quem elas pertencem. No trecho sublinhado, qual o papel do conectivo *mas*?

O aluno deve perceber que, nesse trecho, é possível identificar a opinião do argumentador (deve-se tratar o consumidor de drogas como um doente, não como um criminoso) e a de alguns setores da sociedade, contrários à descriminalização (consumidores também cometem um crime ao usar drogas). O conectivo, neste caso, serve para introduzir a restrição, favorável à tese defendida pelo argumentador. (OLIVEIRA, 2001, p. 85-91; 103-104)

7) *Em:*

Mas, apesar dos pesados investimentos do governo dos EUA, em dinheiro e em pessoal, o mercado de drogas não dá sinais de encolhimento, movimentando em média, por ano, cerca de US\$320 bilhões em todo o mundo.

Qual a finalidade de se empregar duas construções (uma de valor adversativo; outra de valor concessivo) no início desse período?

Pode-se demonstrar ao aluno que a finalidade dos dois conectivos é enfatizar uma informação: “Para fins de ênfase, utiliza-se após o *mas* uma ou outra expressão com que se acentua uma ou outra variação daquele significado básico: *em compensação, apesar disso, ainda assim, de fato, na verdade, por outro lado, felizmente, infelizmente* etc.”. (AZEVEDO, 2008, p. 306)

8) *No primeiro texto, percebe-se o predomínio de um tempo verbal: o presente. No entanto, também encontramos formas verbais no pretérito (perfeito e imperfeito). O que o emprego desses tempos verbais indica?*

O presente, tempo verbal que predomina, indica um maior engajamento, um maior compromisso do argumentador com a tese que propõe, remetendo ao mundo comentado. O emprego do pretérito (perfeito e imperfeito) ocorre num trecho narrativo (mundo narrado), pois é o relato de um exemplo, e que está a serviço da argumentação.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

9) *Imagine-se leitor do jornal em que esses dois textos foram publicados. Escreva uma carta para a seção de Cartas do Leitor, dando a sua opinião sobre a descriminalização das drogas. Se for defendê-la, dirija-se ao autor do segundo texto. Se for combatê-la, dirija-se ao autor do primeiro texto.*

Esse exercício de escrita permite ao aluno perceber a importância de uma tese ser questionável, argumentável. Ao se dirigir ao autor que diverge de sua opinião, precisará arrolar argumentos para defender suas ideias e combater as do autor do texto. O aluno também pode fazer uso de estratégias argumentativas, como fazer concessões, por exemplo.

4. *Considerações finais*

A leitura e a produção de textos argumentativos, como foi proposto anteriormente, é uma excelente atividade didática, pois permite ao aluno lidar com textos reais, não forjados, e, a partir deles, dominando as características do modo de organização do texto argumentativo, produzir seus próprios textos.

Ademais, argumentar, como vimos, é uma atividade essencialmente cognitiva, portanto, propor atividades que desenvolvam a habilidade de argumentar é estimular o raciocínio dos alunos. Além disso, argumentar é o ato linguístico fundamental, o que por si só justificaria o desenvolvimento de habilidades e competências relacionadas à argumentação.

Começamos nossa atividade didática pelo debate, excelente oportunidade de os alunos interagirem (não nos esqueçamos de que a língua é lugar de interação) e desenvolverem suas habilidades de se comunicarem oralmente, para depois partirmos para a leitura e a interpretação dos textos argumentativos propriamente ditos. Após essa etapa, passamos à produção textual, quando os alunos foram convidados a produzirem os seus próprios textos argumentativos. Esperamos ter contribuído, mesmo que brevemente, para os estudos do ensino de argumentação, oferecendo ao professor sugestões de atividades didáticas simples, mas eficazes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: Publifolha, 2008.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

CHARAUDEAU, Patrick. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2009.

GARCIA, Othon Moacyr. *Comunicação em prosa moderna: aprendendo a escrever, aprendendo a pensar*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez, 2009.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. (Orgs.). *Gêneros textuais e ensino*. 5. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007, p. 19-36.

_____. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

OLIVEIRA, Helênio Fonseca de. *Descrição do português à luz da linguística do texto*. Rio de Janeiro: UFRJ/Faculdade de Letras/ EB/ CEP, 2001.

_____. Gêneros textuais e conceitos afins: teoria. In VALENTE, André (Org.). *Língua portuguesa e identidade: marcas culturais*. Rio de Janeiro: Caetés, 2007, p. 79- 92.

_____. Os gêneros da redação escolar e o compromisso com a variedade padrão da língua. In: HENRIQUES, Claudio Cezar; SIMÕES, Darcília. (Orgs.). *Língua e cidadania: novas perspectivas para o ensino*. Rio de Janeiro: Europa, 2004, p. 183- 193.

_____; PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino; CARNEIRO, Agostinho Dias; MACHADO, Leo Bárbara; ANGELIM, Regina Celia Cabral. *Aplicação da linguística do texto ao ensino da língua materna*. Rio de Janeiro: UFRJ/Faculdade de Letras/ EB/ CEP, 2000.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PLANTIN, Christian. *A argumentação*. São Paulo: Parábola, 2008.